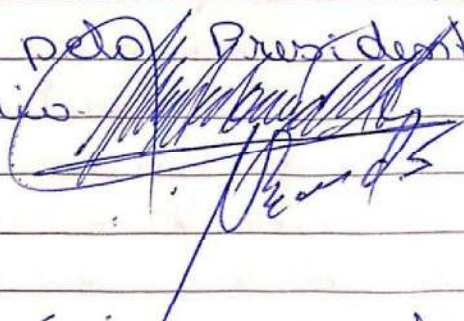


Senhor Waldemar Brandão, informou que sim, pois o mesmo possuía domicílio eleitoral no município. Nada mais havendo fora aprovado o não aceite da justificativa, convocando assim o Suplente para que assumisse no prazo de quinze dias. Não havendo mais nenhum assunto a tratar naquela sessão, encerrou-a o Senhor Presidente, sendo a presente ato lavrada e se aceita for irá assinada pelo Presidente e primeiro-secretário.



Ata da trigesima-segunda Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Sinop - Estado de Mato Grosso.

Nos quatro dias do mês de novembro de hum mil novecentos e noventa e um, às vinte horas, reuniram-se os senhores vereadores para a realização de mais uma sessão prevista para aquele ano. Invocando a Proteção Divina deu início o Senhor Presidente a sessão, solicitando de imediato que fosse lida a ata da sessão anterior, a qual após sua leitura fora posta em votação e nada havendo contrário a mesma, fora aprovada após, na vaga de primeiro e segundo secretário, convidou o Senhor Presidente o vereador



Waldemar Brandão para ocupar o cargo, solicitando ao mesmo que fizesse a apresentação das contas pendências recebidas e expedidas no decorrer da semana que antecederia a reunião. Foi também dado conhecimento aos vereadores do balancete mensal de setembro do corrente ano, do caso, que se encontrava a disposição dos mesmos para conferência e análise. Isto contínuo, concedeu o Senhor Presidente o espaço aberto aos vereadores que desejassem pronunciar-se no pequeno expediente. Fernando Bispo Faria, referiu-se ao ofício enviado a casa pelo promotor público Paulo Roberto Jorge do Prado, o qual referiu-se as irregularidades cometidas pela Expresso Maringá. Comentou sobre seu trabalho como fiscal de trânsito, dizendo e dando conhecimento dos documentos que já encaminhara aos responsáveis sobre as irregularidades que vinham ocorrendo, as quais não fora tomada nenhuma providência até a presente data. Mencionou que voltaria a falar a respeito no espaço concedido as explicações pessoais. Jonas Romarique de Lima, solicitou que fosse retirado de pauta requerimento número oitenta e cinco de sua autoria. Referiu-se após ao acidente ocorrido com o Senhor Cirizino Seferino Brito, dizendo que estava de posse de três res-

postos de requerimento recebidos da delegacia regional e municipal e do cartório distribuídos do Fórum, onde pode constatar que não foram tomadas as devidas providências quanto ao caso. Mencionou que fora lido pedido pelo delegado Regional que levasse a escritura da delegacia para receber depoimento do acidentado, o que fizera, e pelo visto fora arquivado ou jogado fora. Solicitou que fosse encaminhado requerimento, em não havendo objeção por parte dos colegas, naquele sentido a promotoria pública para que esta resolvesse a situação de maneira justa e correta, pois entendeu o veruador que o caso não poderia ficar impune. O que fora acordado pelo Mesa e plenário. Após, conforme convite feito pelo Mesa, usou da Tribuna o Senhor Clóvis Sanchez - Supervisor do Emetor Regional, o qual esclareceu várias dúvidas e referiu-se aos trabalhos executados pela Emetor, sendo que seu pronunciamento, as perguntas feitas pelos veruadores e respostas dadas, encontram-se arquivados nos autos do caso transcritos na íntegra a disposição dos interessados. Após o pronunciamento, concedeu o Senhor Presidente um intervalo aos trabalhos, prossequindo-os logo após, com a Ordem do Dia, onde foi aprovado inicialmente o Veto a artigo do Projeto de Lei número onze -

do Executivo, o qual após sua apresentação em discussão Waldemar Brandão, informou que concordava com o veto, apenas chateava-se com o imprensa que dizia que o Executivo suprime o artigo, deixando transparente que o erro era do Legislativo, quando na verdade o projeto fora repassado pelo Executivo a Casa já com o artigo inconstitucional, apenas sendo alterado pelo Legislativo a porcentagem de repasse. Menciona que não estava questionando o mérito do percentual, e sim que chegava da imprensa dar notícias errôneas que o Legislativo não fizera entendendo que se fosse incompetência do assessor de imprensa as informações errôneas, deveria ser tomada uma posição pela Casa. José Pedro Serafim, mencionou que deixou claro sua posição quando da discussão do Projeto, onde falou que não deveria se fixar uma porcentagem e sim se solicitar o que necessário fosse para a funcionalidade do Poder Legislativo, para que não continuassem se criando situações como as que vinham ocorrendo de mês a mês no repasse do dinheiro a Casa. Jonas Henrique de Lima, discorda com o vereador Waldemar Brandão, quando diz ser culpado o assessor de imprensa pelas informações errôneas passadas

pelo impresso. Esclarecendo Waldemar Brandão, informou que mencionara "se fosse incompetência do assessor", não dissera que era incompetência do mesmo. Continuando Jonas Henrique de Lima, entendeu que o Executivo acordara quando a parte do percentual fora maior. Disse estar de acordo com o posicionamento de José Pedro Serafini, quando dizia que deviam exigir o necessário. Disse que o Presidente até o momento estava tendo muita calma quanto ao assunto repasse de dinheiro a Casa, entendendo que devia cobrar a Casa o repasse necessário para o seu funcionamento, até devendo entrar com uma ação contra o Executivo exigindo que repasse a Casa o necessário, pois ninguém estava gastando dinheiro no que não era necessário. Vitorino Dalla Libera, disse ser lamentável após aparecer o aumento, aparecer o defeito. Mencionou ser uma pena não terem mais dois carros para venderem e doarem imediatamente um a Prefeitura. Paschoal Guimarães Hidalgo, entendeu que no momento que se reformulara o percentual do repasse fora achado inconstitucionalidade, anteriormente não, então sendo veto inconstitucional e transferiu a responsabilidade do Executivo repassar a Casa o que era devido, era o mínimo que podia fazer repassar o necessário, e para não ficarem na di-



vida se estava passando muito e pouco deviam analisar no balancete mensal do Executivo o valor do recibo devida efetuada no mês anterior. Waldemar Brandão, sugeriu ao Senhor Presidente que quando o Executivo não quizesse repassar o dinheiro necessário para o funcionamento da taxa, que não aceitasse nem o valor que ele queria repassar, pois assim cobravam os vereadores de sua bancada o repasse e quem sabe repassaria em totalidade a partir daquele instante. Nada mais havendo feito posto em votação o veto, o qual fora acatado e seguir, fora apresentado o Projeto de Resolução número três, de autoria da Mesa, ao qual haviam as emendas aditivas número quinze e dezesseis conseqüentemente de autoria dos vereadores Usmar Messias Martinelli e Jonas Henrique de Lima, as quais foram justificadas devidamente pelos seus autores e não havendo e elas nenhuma contrariedade em votação foram aprovadas. Após, fora apresentada a Emenda Substitutivo número oito, de autoria do vereador Jorge Libreu, que o justificou. Em discussão Waldemar Brandão, entendeu que fora bem lembrado pelo vereador autor a emenda, apenas entendia que deviam acrescentar a ela uma subemenda com os termos « salvo justi-

ficativa", pois poderia acontecer de o ve-  
ruador adoecer ou qualquer outro ca-  
so justificável que o impossibilitasse  
de comparecer às sessões. Sendo aceita-  
do o pedido do veruador e aprovada  
também a emenda. Após fora apresen-  
tada a emenda supressiva número  
quatro, de autoria do veruador Dalton  
Benoni Martini, que o justificou e na-  
da havendo contrário o mesmo fora  
aprovada. A seguir fora apresentada  
a emenda aditivo número dezesse-  
te também de autoria do veruador  
Dalton Benoni Martini, a qual fo-  
ria uma sub-emenda, de autoria  
do veruador Pascheal Gimeres Fidal-  
go, que fora retirada a seu pedido.  
Em discussão a emenda, número de-  
zesseete, José Pedro Serafini, entendeu  
que analisando o ~~pro~~ modo fico-  
va difícil dar um posicionamento  
com referência as propostas apresen-  
tadas, e se observassem o incidente  
ocorrido a dias atrás na casa, o  
qual entedia que feria profunda-  
mente as leis do casa, ficava di-  
fícil classificar o incidente que me-  
rucia perda temporaria de mandato  
por um determinado tempo. Repartean-  
do Dalton Benoni Martini, acha que  
todas as vezes que houvesse um fato,  
um incidente, seria formada uma co-  
missão para julgar os fatos e qual  
de feriria através de Projeto de Resolu-

são em que condições seria enquadrado o provedor do incidente, e a determinação seria por maioria de dois terços. Continuando José Pedro Serafini, reportou-se ao fato ocorrido quando questionavam os vereadores o incidente ocorrido na semana anterior e sucessão, na sala do Presidência, onde fora assinado um documento seguindo termos regimentais por todos os vereadores e a partir do momento que houve uma pressão política em cima da situação, teve-se talvez que vereadores mudariam de posição, não colocando com suas assinaturas. Pedindo que posição deveria ser tomada para infringir o regimento do Casa, para que a comissão pudesse enquadrar em vez de perda pura e simples do mandato, ter a oportunidade de repor uma perda temporária do mandato por trinta e cento e oitenta dias dizendo que ficaria patentiado naquela reunião, não estava o autor do emenda querendo defender algum. Reportando Dalton Benoni Martini, informou que o regimento estava sendo apresentado para segunda votação, continuando aberto para emendas. Continuando José Pedro Serafini, mencionou que a comissão analisaria qual a intensidade da falta de decoro, dizendo que lamenta veementemente como ficaria caracterizado naquele inee-



dente ocorrido, alguém poderia se encon-  
der atrás da proposta que estava sem-  
do apresentada. Waldemar Brandão, in-  
formou ao veruador autor da emenda  
que temio, na possibilidade de maio-  
rio absoluta da casa em suspender  
o veruador por aquele período, pois  
podria ocorrer de a casa possuir fu-  
turamente a maioria absoluta de um  
partido só, e que eles no afô de ale-  
jar outro partido criarem uma situa-  
ção para afastar um membro da opo-  
sição. Entendeu que sempre era uma  
medida extrema mesmo por trindias  
suspensão ou a cassação, achando ser  
de bom alvitre que continue por dois  
terços da casa. Repartando Dalton Beno-  
ni Martini, informou que uma ban-  
cada de rinos tirava os dois terços  
da câmara. Prossequindo Waldemar  
Brandão, continuou a defender sua  
posição. Disse não concordar com o di-  
to 'pelo veruador José Pedro Serafini  
quanto a omissão de veruadores nas  
posições tomadas na semana ante-  
rior' ao incidente ocorrido, dizendo que  
não lhe calhara bem a colocação do  
veruador e seu suspeito. mencionou que  
assinara documento para que fosse exe-  
cutado com cassação de mandato aos  
culpados, porém observado o direito  
absoluto de defesa, cumprimdo-se assim  
o disposto em Regimento Interno. O  
Senhor Presidente, explicou que a emen-



do em discussão vinha embasada no artigo anterior ao que estava sendo discutido, necessitando-se para entender a emenda, observar-se aquele artigo. Jonas Henriques de Lima, disse ao vereador José Pedro Serapini, que não era radical, informando ao mesmo que no instante em que estavam reunidos na Sala do Presidência, ele tomou uma posição num momento de emoção, dizendo que naquela hora sua posição era uma, e a partir do momento que dela saísse não poderia se responsabilizar pelos atos, pois soberia que conversaria com os vereadores e julgamento e demais pessoas. Entendeu que não tivera nenhum justo para julgar os companheiros e voltar atrás, achando que uma cassação era daída. Repetando José Pedro Serapini, mencionou que citara como exemplo, exatamente a situação externa que vinha com pressão enorme de quem fazia parte do Poder Legislativo, não podendo conceber quando o vereador adoece a posição radicalismo, pois o regimento era claro, infringiu a Lei devia-se tomar a decisão, não era radicalismo, quem infringiu a Lei devia ser penalizado pois caso contrário não adiantaria fazerem as leis e elas não serem cumpridas. Continuando Jonas Henriques de Lima, disse que a emenda tinha

todo seu apoio, pois vinha trazer mais respeito entre os legisladores. Paschoal Gímenes Plidolgo, entendeu que a emenda vinha no sentido de dar mais poder ao legislativo, acalhar e dar mais moralidade ao caso. Fernando Bispo Ferruz, achou que o maior absoluto poderia prejudicar em virtude de um vereador que tivesse uma matéria polêmica e o quizesse ter aprovada, causando problema para retirá-lo no período de votação, entendendo que daí, ter-se-ia uma sustentação maior, uma credibilidade maior ao vereador, sendo totalmente contra a emenda. Honório Slaviero, mencionou ser favorável a emenda, pois estavam no caso elites pelo povo e deveriam se preocupar em defender os direitos e as leis. Troziro a seu ver, a emenda, maior segurança para legislarem. Waldemar Brandão, declarou que ao estarem trabalhando em uma lei, que não ficassem pensando que a estavam criando só para eles, pois se partissem daquela premissa, estariam correndo o risco de serem parvos. Disse que estavam criando leis que serviriam para muitas outras legislações. Vitorino Dalla Libera, mencionou que era totalmente favorável a sub-emenda mas como fora retirado votaria no emenda, pois como



mencionara o vereador Waldemar Brandão não estavam fazendo leis para aquela legislatura. Usmar Mussias Martinelli, mencionou que tantos os que foram a favor como os que eram contra tinham seu ponto da razão, pois era o tipo de caso que era válido várias posições. Disse ser favorável a emenda do vereador. Dalton Benoni Martini, mencionou que na formação da comissão havia de ser respeitada a proporcionalidade partidária, sendo óbvio que poderia ser aprovada a emenda com maioria absoluta. Fernando Bispo Ferreira, sugeriu aos vereadores que analisassem com fúria o caso, solicitando ao vereador autor da emenda que o retirasse para podermos analisá-la e dar o voto consciente. Não sendo aceitado seu pedido e não havendo mais nada contra a mesma fora posta em votação, sendo aprovada. Após, em discussão o Projeto de Resolução, ao qual não havendo contrário em segunda votação fora aprovado. Foi então deferido o requerimento número oitenta e seis, de autoria do vereador Itair Edomar Kirsch, que o justificou e nada havendo contrário, ao mesmo, em votação fora aprovado, o mesmo ocorrendo com o Projeto de Lei nú-

mero catarge, de autoria dos vereadores Jo-  
nas Henrique de Lima, Itacir Lidomar  
Kürsch e Fernando B. Ferreira, o qual  
foi aprovado em segunda votação, e  
seguiu para apreciação a indicação nú-  
mero trinta e sete, de autoria do ve-  
reador Jorge Libreu. Na sua discussão  
Waldemar Brandão, fez um adendo  
à proposição mencionando que neces-  
sitava-se que fosse instalada a com-  
panhia pois já havia sido criada, ne-  
cessitando-se apenas que fosse envia-  
do o contingente de recursos pendente e o  
oficial adequado para sua instala-  
ção, pois de direito já era, apenas não  
de fato. Nada mais havendo, foi pos-  
ta em votação, sendo aprovada. Repre-  
sentado, após, a indicação número qua-  
renta e nove, de autoria do vereador  
Paschoal Gímenes Fidalgo, o qual a  
justificou, e nada havendo contrário  
a mesma, em votação foi aprova-  
da. O mesmo ocorrendo com a indi-  
cação número cinquenta de autoria  
do vereador Jonas Henrique de Lima.  
Não havendo mais nenhuma matéria  
constante no Ordem do Dia, deu pro-  
seguimento o Senhor Presidente a  
sessão com o espaço aberto aos ve-  
readores que desejassem usar do gran-  
de expediente. José Pedro Serafini, dei-  
zou seu posicionamento moral e obriga-  
tório de reconhecimento a atitude to-  
mada pelos vereadores ausentes do in-



evento ocorrido na semana anterior  
aquela sessão, dizendo que os dois  
tomaram uma atitude correta, mos-  
trando a dignidade, personalidade que  
tiveram e principalmente o reconheci-  
mento do erro. Dalton Benoni Martini,  
solicitou que a Casa enviasse ofício  
de congratulação ao Senhor Luis Car-  
meiro Júnior, atleta do Lince - Associação  
Norte de Karate, que fora con-  
voado à participar do campeonato  
Sul Americano de Karate para-  
benizando a Lince por possuir um  
representante na Seleção Brasileira.  
Requeru, que devido ao atraso de vo-  
tação do veto dos Senhores Diretores  
Orçamentários, que fosse encaminhado  
naquela Sessão, sem posterior  
apresentação, o orçamento do Executi-  
vo, para a comissão especial, adequan-  
do o mesmo as mudanças que ti-  
vera a Lei de Diretrizes e também  
o Plano Plurianual para exarar pa-  
raver ao mesmo. Não havendo obje-  
ção pelos demais vereadores, fora acei-  
tado o pedido do vereador, sendo  
encaminhado o orçamento para as  
comissões de Justiça e Redação e Fi-  
nanças e Orçamentos para que exa-  
rassem o parecer devido continuando  
aberto o espaço. Omar Messias  
Martinelli, referiu-se ao solicitado  
pelo vereador Dalton Benoni Marti-  
ni, quanto a Lince, agradecendo

em nome do Senhor Luis Carneiro aos colegas que foram favoráveis na época de apresentação do Projeto de Lei que declarava de utilidade pública a Timorka, dizendo que mais uma vez a associação demonstrara que tinha valor ao enviar um garoto para disputar o Sul Americano, que devido a declaração de Utilidade Pública se tornara mais fácil. Fernando Bispo Ferruz, deu continuidade ao comentário iniciado no pequeno expediente, quanto a fiscalização de tráfego no Estado. Disse que o trabalho de fiscalização no Estado, não era bem ouvido pelos órgãos responsáveis, pois haviam feito várias informações, alegando as irregularidades existentes no Estado, das quais podiam presenciar, o que não era sempre possível. Mencionou que informara a direção da empresa Expresso Maringá, que tomasse providências, punindo o funcionário que cometera a irregularidade que fora denunciada pelo Doutor Paulo Roberto Jorge Prado, o que fora feito. Relatou, que de seus dez anos como fiscal, possuía um montante de documentos informando várias irregularidades, aos quais até aquele data nem governo, nem a secretaria de transportes e nem a secretaria de fazenda, haviam tomado conhecimento, dizendo que haviam che-



gado as mães dos mesmos, mas não foram tomadas providências. Mencionou de documento feito pela casa enviado àquelas órgãos, informando das irregularidades existentes no norte do estado cuja resposta viera informando de que seriam tomadas providências. Disse da informação que fora dada ao governador, de empresas que exploravam o Estado ilegalmente não contribuindo com nada, numa evasão de tributos. Mencionou que a condição de fiscalização, aos fiscais, era muito pequena. Lamentou a punição dada ao Senhor Antônio Pedro funcionário da empresa, dizendo que até cogitava-se em dispensá-lo. Pareceu Lymenes Hidalgo, mencionou ser vergonhoso para os usuários a situação Expresso Maringá. Disse que a seu ver, a responsabilidade que fora jogada encima do funcionário que vendia a passagem não era do mesmo e sim do agente que era o fiscal na hora do embarque pois se tivesse alguém a mais, a responsabilidade passava a ser da empresa pois o cidadão comprara a passagem antes de embarcar. Fernando Bispo Ferreira informou ao vereador que o fiscalizador do Dermat não trabalhava dentro do agêncio e sim na plataforma, dizendo que apartir do momento que o passageiro



estivesse com a passagem na mão ficava difícil não deixá-lo embarcar. Informou ainda, que a empresa tinha um regulamento, o qual o funcionário penalizado não cumprira. Participando José Pedro Serafini, pediu ao vereador que lhe informasse se existia autoridade por parte do fiscaizapão requerer da empresa um ônibus extra para transportar os passageiros em excesso. Continuando Fernando Bispo Ferreira, informou que infelizmente existia, mas desde que atingisse trinta e cinco por cento os excedentes. Vitorino Dalla Libera, agradeceu ao Senhor Oscar Scapini - Diretor da Viação Nova Integração, o qual contribuía no dia anterior com um ônibus para locomover os eleitores do município a Santa Carmem ao Senhor Erno Ruschke da Transinop que contribuía com os circuitos ao Doutor Paulo Roberto Jorge do Prado - Promotor Público, e Doutor Cláudio Claudino do Silva - Juiz Eleitoral, e a todos que trabalharam no dia anterior no distrito de Santa Carmem, e imprensa que anteriormente e durante a eleição pela emancipação daquele distrito trabalharam com afinco. Quanto ao caso citado pelo vereador Fernando Bispo Ferreira, mencionou que as irregularidades só acabariam no

dia que o Legislativo e o Executivo, per-  
 mitissem que entrassem outras em-  
 presas, no dia que houvesse concor-  
 rência. Informou que seria fiscal  
 da Expresso Maringá no Linho de  
 Santa Carmem e Vera. Waldemar  
 Brandão, parabenizou inicialmente  
 ao vereador Vitório Dalla Libera pelo  
 trabalho brilhante, constante e lobo-  
 rioso na busca e conquista da  
 emancipação de Santa Carmem, di-  
 zendo que merecia o vereador todo  
 o seu reconhecimento, esperando que  
 a população daquele distrito também  
 pensasse daquela forma. Discordou  
 porém do vereador quanto ao probl-  
 ma de concorrência por ele citado  
 dizendo que defendia demais as  
 empresas Expresso Maringá e Viação  
 Nova Integração, pois lembrava-se mui-  
 to bem de como iniciaram no mu-  
 nicípio, mencionando de que o colo-  
 nizador Ênio Pipino chegou a pagar  
 dez passagens para <sup>contribuir</sup> mantendo <sup>o</sup> <sup>distrito</sup> <sup>de</sup> <sup>assim</sup> Linho.  
 Relatou que devia sim vir concor-  
 rência mas não abruptamente e sim  
 para engrandecer ainda mais o mu-  
 nicípio. Entendeu que não deviam  
 ater-se a problemas pequenos, como  
 aquele, pois tinham problemas muito  
 maiores para preocuparem-se e bri-  
 garem por uma solução. Fez edoca-  
 ções a respeito do Vile Operário, di-  
 zendo de comissão formada pela

caso para junto a população daque-  
la vila levantarem o real desejo de  
mudança de nome ou não. Meneio-  
nou que para sua pessoa era indi-  
ferente o nome, o que lhe importava  
era que pudesse aquela população ter  
algum benefício futuramente. Disse que  
estava fazendo um trabalho que lhe fo-  
ra delegado pelos colegas e queria de-  
simpebrar-se do mesmo de maneira  
honrosa sem ser parcial. Sabia que  
lhe fosse informado qual a solução  
que seria tomada pelo Tasa após a  
abertura do urna, se iriam dar o  
nome mais votado ou não, pois caso  
contrário não adiantaria polemiza-  
rem nem sequer abrirem o urna, pe-  
dindo a opinião dos colegas. Disse  
que informaria a população daquela  
vila, que a comissão fora formada  
para sentir o desejo do povo e para  
ter validade junto a Tasa. Participan-  
do José Pedro Serafini, mencionou que  
pelo o que lhe fora informado a si-  
tuação que ocorria na Vila era a omis-  
são da Associação de moradores, enten-  
dendo o vereador que com excessão  
do Poder legislativo ela representava  
os anseos daquela comunidade, e  
não sendo nada mais correto que  
chamar a atenção a Associação de  
moradores para que o Presidente  
ou o diretor se faça presente na  
quela decisão. Continuando Waldemar



Brandão, mencionou que já procuraram por várias vezes o Presidente da Associação e não o Possa fizeram ele parecendo que queria o mesmo se manter omissos ao problema. Informou da existência de várias pessoas que queriam que permanecesse o atual nome e formavam até resistência quanto as suas presenças no bairro, pois entendiam que estavam lá os vereadores no intuito de mudar o nome. Mencionou novamente que necessitou-se sobre qual a posição que seria tomado, pois se não de nada adiantaria o trabalho que estavam fazendo. Informou o Senhor Presidente que seriam seguidos os trâmites legais, se não houvesse nenhum vereador ou se não houvesse um projeto de iniciativa popular para mudar o nome, seria simplesmente divulgada a intenção junto a comunidade. Entendendo então o vereador Waldemar Brandão, que tinham feito uma pesquisa de opinião pública e uma inquirição simplesmente para ser divulgada. Mencionou o Senhor Presidente que a mesa e o plenário acatara requerimento de vereador para fazer aquele trabalho junto a Uilo. Dalton Benoni Martini, entendeu que a comissão fora incumbida de um missão, de ouvir a opinião pública, entendem-

do que deviam formar um relatório, fornecendo e escarando um parecer, o qual viria a apreciação do plenário, que decidiria a posição a ser tomada. Repartendo Waldemar Brandão, perguntou como ficaria sua situação e dos demais membros da comissão se traçasse um projeto a plenário e o mesmo não fosse aprovado. Continuando Dalton Benoni Martini, mencionou que tinha certeza que tinham o poder de convencimento os vereadores que formaram a comissão, podendo convencer os demais vereadores a mudarem o nome. Waldemar Brandão sugeriu que ao invés de ser da comissão o projeto fosse de autoria do plenário, pois estava na mesma por delegação. Repartendo Osmar Messias Martinelli, disse que uma vez delegada poderes a comissão, até concordava que fosse de autoria do plenário, ou da comissão ou ainda do autor da ideia, desde que se tenha um relatório de qual era realmente a vontade da população do vilô. Entendeu ainda o vereador de que deveria ser arquivado a pesquisa, pois quatrocentos votos não representava a vontade do povo, ou então se fosse de entendimento do plenário que os votos representavam a vontade do povo que se obruisse a urna, formulando caso necessário um projeto para tentarem mudar o nome. José Pedro Serafini, citou novamente que deviam chamar

a responsabilidade a Associação de Moradores da Vila e até mesmo podendo ser ela a autora do projeto de modificação do nome do bairro. Informa o vereador Waldemar Brandão, que acontecia porém que a questão tomara dimensões políticas, pois entendiam vários moradores do bairro que quem queria mudar o nome, queria eleger-se vereador e por aquele motivo a Associação não queria tomar partido da questão. Tomar Henrique de Lima, não concordou com o posicionamento do vereador Omar Messias Martinelli quando disse que quatrocentos pessoas não falavam pela população da Vila Operária, dizendo que tinham feito um apanhado de votos para fazerem uma comparação e acharem uma proporção. Não achando justo que através de um abaixo-assinado fosse durubado o trabalho que havia sido feito. Disse que notava-se, conversando com a população do vila, que realmente havia uma vontade de mudança de nome. Reforçando o pedido do vereador Waldemar Brandão, solicitou que os companheiros vereadores respeitassem o trabalho da comissão, dizendo que entrariam com o projeto. Honório Slobviero, entendeu que todas as comissões formadas na Casa, foram formadas por algum objetivo acham-

do que deviam ser respeitadas as normas enviando-se assim um relatório, exarando-se um parecer, que seria discutido em plenário e votado. Fernando Bispo Ferruz, entendeu que o relatório viria após a contagem dos votos, pois não sabiam quantos votos tinha de mudança de nome de permanente do nome atual. Mencionou que estava o vereador Waldemar Brandão, apenas pedindo a solidariedade dos demais vereadores, pois a responsabilidade seria dos treze edifícios Henrique de Lima, achou que deveriam abrir a urna naquela noite e já tomarem uma posição. Informou o feito um trabalho mais sucinto, dizendo que a comissão não apresentara o mes a ainda o trabalho feito na Vila Operária, e assim que fosse apresentado seria inserido em pauta e divulgado em plenário o resultado, e não havendo interesse por parte dos vereadores em apresentar projeto não via perigo polemizar, divulgariam o interesse da população na imprensa. Antes de encerrar a sessão comunicou o Senhor Presidente do convite para o Encontro dos Vereadores do Norte em Kolder no dia quinze e dezesseis do mês corrente, que estava em suas mãos, dizendo ser de suma importância, e pediam os vereadores interessados em participar do evento inscrever-se no secretario da taxa

até o dia seguinte. Agradecer ao Deputado Jorge Yamai por ter aceitado sua proposição para incluir o Rio Teles Pires nas microrregiões do Estado de Mato Grosso. Nada mais havendo invocando a proteção divina, declarou encerrada a sessão, sendo o presente ato lido e se aceito foi lido assinado pelo Presidente e Primeiro - Secretário.



A large, stylized handwritten signature in blue ink, likely belonging to the President or Secretary mentioned in the text.

Ata da trigesésima - terceira Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Sinop - Estado de Mato Grosso.

Nos onze dias do mês de novembro de um mil novecentos e noventa e um, às vinte horas e vinte minutos foi aberta, à sala das sessões da Câmara Municipal de Sinop, a trigesésima - terceira sessão do ano. Com a presença de todos os vereadores, o Senhor Presidente deu por iniciado os trabalhos, pedindo de imediato que se procedesse com a leitura da ata da última sessão realizada, a qual em votação, obteve a aprovação. Tomou posse, a seguir, o suplente do vereador Lúcio José Schneider sendo tomado seu compromisso pelo primeiro - secretário do mês, vereador Waldemar Brandão que interinamente assumiu o cargo, após sua posse pronunciou